



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2024

Solicita à Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento informações sobre o rombo de R\$ 9,76 bilhões acumulado pelas estatais federais nos anos de 2023 e 2024 e sobre a proposta do governo federal de retirar essas empresas do orçamento convencional, com impactos fiscais, de controle orçamentário e transparência.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado à Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Simone Nassar Tebet, requerimento de informações sobre a situação financeira das empresas estatais federais e a proposta de sua retirada do orçamento.

De acordo com os dados apresentados pelo Banco Central, as estatais federais, estaduais e municipais apresentaram um déficit acumulado de R\$ 9,76 bilhões em 2023 e 2024, o maior saldo negativo do século. Os dados mostram que as estatais federais foram deficitárias em todos os 3 mandatos do presidente Lula¹.

Para além disso, o governo federal apresentou no início de outubro um projeto ao Congresso Nacional propondo a retirada das estatais dependentes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para que elas façam parte do Orçamento de Investimento, onde estão as estatais independentes. O objetivo declarado é dar mais autonomia a essas empresas. No entanto, essa mudança poderia ocultar despesas, dificultar o controle público e abrir espaço para manobras fiscais que comprometam a transparência na gestão dos recursos públicos.

¹ <https://www.poder360.com.br/poder-economia/lula-acumula-em-2-anos-o-maior-rombo-de-estatais-do-seculo/>





Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito que sejam respondidas as perguntas que se seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério ou entidades vinculadas reconheçam como relevantes para a compreensão dos fatos:

1. Como o governo justifica a retirada das estatais dependentes do orçamento convencional sem que isso configure uma tentativa de burlar o teto de gastos e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal? O que impede que essa manobra seja interpretada como contabilidade criativa para escapar dos limites orçamentários? Solicito o envio das análises técnicas que comprovem a adequação dessa medida à Lei de Responsabilidade Fiscal e a garantia de que o teto de gastos não será comprometido.
2. Como o governo pretende garantir a transparência no uso de recursos públicos se essas estatais deixarão de ser contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e passarão a operar como se fossem independentes, enquanto ainda dependem de aportes do Tesouro Nacional? Solicito o envio de documentos oficiais que detalhem como o governo pretende monitorar e registrar as operações financeiras dessas estatais fora do Siafi, garantindo a devida transparência.
3. Como o governo justifica a retirada de estatais deficitárias do orçamento, sabendo que elas acumulam um rombo de R\$ 4,16 bilhões? Onde estão os estudos que provem que essas estatais podem alcançar sustentabilidade econômica, quando até agora têm se mostrado completamente dependentes de recursos públicos? Solicito o envio de relatórios de viabilidade econômica, planos de recuperação financeira e projeções orçamentárias elaboradas pelo governo para garantir que essas estatais possam se sustentar sem aportes contínuos do Tesouro Nacional.
4. Qual é o prazo estimado para que as estatais dependentes, ao firmarem contratos de gestão, alcancem a sustentabilidade financeira e deixem de depender dos aportes do Tesouro Nacional?
5. Como o governo pode garantir que outros órgãos, incluindo estados e municípios, não sigam o mesmo caminho para retirar suas empresas públicas do orçamento, criando uma verdadeira "evasão fiscal" em larga escala? O governo está ciente do precedente que está estabelecendo para a desorganização das finanças públicas nacionais?





JUSTIFICAÇÃO

Nos anos de 2023 e 2024, as estatais federais, estaduais e municipais acumularam um déficit de R\$ 9,76 bilhões, conforme dados divulgados pelo Banco Central, representando o maior rombo já registrado neste século. Paralelamente a isso, o governo federal apresentou uma proposta para retirar as estatais dependentes, que hoje precisam de recursos do Tesouro Nacional para operar, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, transferindo-as para o Orçamento de Investimento. Essa mudança tem gerado preocupações, já que pode reduzir o controle sobre os gastos dessas empresas e comprometer a transparência no uso de recursos públicos.

Diante deste cenário, o requerimento de informações é necessário para que o governo esclareça os fundamentos e justificativas dessa proposta, especialmente considerando o alto déficit já acumulado por essas estatais. O objetivo é garantir que a população e o Congresso tenham pleno conhecimento dos impactos dessa medida, principalmente no que se refere ao respeito ao teto de gastos, ao controle fiscal e à sustentabilidade dessas empresas. Além disso, é fundamental verificar se há estudos técnicos que embasem a viabilidade econômica e financeira dessas estatais após a retirada do orçamento, e se o governo está preparado para garantir a transparência e o controle fiscal nessa nova estrutura.

Este requerimento visa, portanto, a obtenção de informações completas e documentadas para que o Congresso possa cumprir seu papel fiscalizador, assegurando que o uso do dinheiro público seja feito de forma responsável e transparente, e evitando que medidas que afetam profundamente as finanças públicas sejam implementadas sem o devido acompanhamento e debate.

Por esses motivos, o requerimento de informações é fundamental para que o Parlamento tenha plena compreensão dos fatos, garantindo que as decisões tomadas pelo governo federal estejam alinhadas com o interesse público. A obtenção dessas informações permitirá que esta Casa Legislativa





CÂMARA DOS DEPUTADOS

exerça seu papel fiscalizador de maneira efetiva, preservando os recursos públicos e promovendo uma gestão responsável e transparente.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2024.

Deputado NIKOLAS FERREIRA
PL/MG

Apresentação: 31/10/2024 14:33:26.113 - MESA

RIC n.4061/2024



Câmara dos Deputados | 70100-970

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244159897000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira

